

Dia da Defesa deixa de ser obrigatório para poupar

Orçamento. Os atuais custos da ordem dos quatro milhões de euros do Dia da Defesa Nacional vão reduzir-se a metade até 2015

José Pedro Aguiar-Branco aprovou uma medida, proposta em 2010 pelo Bloco de Esquerda, que tornará facultativa, a partir de 2015, a ida dos jovens às unidades militares onde há centros de divulgação do Dia da Defesa Nacional. O fim do cumprimento desse dever militar fica condicionado à verificação de alguns pressupostos, como haver militares a visitar as escolas para divulgar o papel das Forças Arma-

das, serem integrados temas relativos à defesa nacional nos curricula escolares e os jovens provarem que tiveram "interação prévia" com as equipas de divulgação. A medida, que implica alterar a Lei do Serviço Militar e permitirá poupar dois milhões de euros até 2015, ainda vai estar em estudo. Contudo, o despacho diz que o novo modelo tem de prever essa "apresentação facultativa" dos jovens. **POLÍTICA** PÁG. 12



Dia da Defesa Nacional permite aproximar jovens das Forças Armadas e dar-lhes a conhecer condições de trabalho e contratos

Governo 'fecha' dia militar obrigatório para jovens

Facultativo. Fim da obrigatoriedade de os jovens participarem no Dia da Defesa Nacional, proposta em 2010 pelo BE, permite redução dos custos de quatro para dois milhões de euros

MANUEL CARLOS FREIRE

Os jovens de 18 anos vão deixar de ser obrigados a participar nas atividades do Dia da Defesa Nacional (DDN) a partir de 2015.

O fim do último dever militar da juventude – proposto em 2010 pelo BE – consta do despacho aprovado há dias pelo ministro José Pedro Aguiar-Branco e reduzirá significativamente as atividades desenvolvidas nos quartéis onde há Centros de Divulgação do DDN, uma vez que as equipas de militares passarão a deslocar-se às escolas.

A medida ainda não integra o chamado “novo modelo” do DDN para 2014, mas o despacho diz expressamente que “o [seu] aperfeiçoamento evolutivo” até 2015 tem de ser feito “acomodando os seguintes requisitos adicionais: [...] Apresentação facultativa dos jovens ao DDN nos casos em que tenha existido uma interação prévia” com as equipas de divulgação.

O porta-voz do Ministério da Defesa, Nuno Maia, disse ao DN que esse ponto “não está fechado” e ainda “está ser analisado”.

O “novo modelo” do DDN, para vigorar a partir de 2014 e com um

orçamento global “até ao limite” de dois milhões de euros a partir de 2015, “permite acomodar uma poupança de 25% da despesa total” face ao sistema vigente (que foi suspenso no segundo semestre deste ano).

Os custos do DDN, próximos dos quatro milhões de euros, incluem transporte dos jovens para as unidades onde estão os centros de divulgação, alimentação e um conjunto de atividades desenvolvidas para os informar sobre as Forças Armadas (FA) e qual o seu papel na defesa militar do País.

O ministério precisou que a redução de custos para 2014 está estimada em 1,3 milhões de euros. Este corte de 25% será acompanhado por nova redução de 25% em 2015 (ficando o orçamento do DDN em dois milhões de euros).

Segundo o despacho ministerial de meados de setembro, a que o DN teve acesso, outros requisitos a contemplar na evolução do “novo modelo” do DDN para 2015 são a “aproximação das equipas de divulgação [do DDN] às redes escolares de ensino”, a “concretização da integração de temáticas relati-

vas à defesa nacional nos currículos escolares” ou, entre outros, a “utilização de eventos militares e civis abertos ao público” – feiras, em centros comerciais – com o objetivo de sensibilizar os jovens para as questões da defesa e divulgar o papel das Forças Armadas (FA).

Daqui resultará que pelo menos os alunos das escolas visitadas pelos militares afetos ao DDN – o primeiro serviço conjunto aos três ramos das FA, criado de raiz – ficarão isentos do dever de participar nessa iniciativa (desde que provem ter ter assistido a essas aulas).

O último dever militar

A profissionalização das Forças Armadas, antecedida pela redução para quatro meses do serviço militar obrigatório, acompanhou a evolução internacional.

Fim da conscrição

► O Dia da Defesa Nacional (DDN) foi instituído com a Lei do Serviço Militar, aprovada em 1999, que consagrou o fim do serviço militar obrigatório a partir de 2004. Esta iniciativa foi implementada com o então ministro da Defesa, Paulo Portas, e posteriormente alargada à participação das raparigas pelo ex-ministro Nuno Severiano Teixeira, no quadro das medidas de igualdade de género – altura em que o processo de recenseamento tornou-se também automático.

Divulgar profissão

► Os cinco anos de transição entre a lei de 1999 e o fim da conscrição foram vividos com grande preocupação pelas chefias militares, que já tinham tido de se adaptar à redução do serviço militar obrigatório para quatro meses (aprovada anos antes e também pelo PSD). Com a alimentação das fileiras a deixar de estar automaticamente garantida, o DDN permitia divulgar a oferta das Forças Armadas junto dos jovens quanto a contratos e a condições de trabalho.

A proposta do Bloco

► O BE apresentou, em 2010, um projeto de lei para alterar a Lei do Serviço Militar, por considerar que a comparência obrigatória dos jovens ao DDN “está [...] claramente em contra ciclo com a *mens legis* que superintende” aquele diploma e “resulta contraproducente” no que respeita “aos desígnios de valorização e dignificação das Forças Armadas”. Para o Bloco a ida ao DDN “constitui uma faculdade” (e não um dever).